



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12493 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: hegemonia e singularidades nas classes comuns

Daniel Mendes da Silva Filho - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Alexandra Ayach Anache - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: hegemonia e singularidades nas classes comuns

1 INTRODUÇÃO

A legitimação das matrículas das pessoas com deficiência, nas classes comuns do ensino regular, é uma das grandes conquistas da sociedade democrática brasileira. Contudo, essa garantia, demarcada formalmente na legislação nacional e alinhada aos tratados, acordos e declarações firmados no âmbito internacional, tensiona e coloca em disputa a (re)organização desses ambientes, práticas e atitudes para que seja materializado o direito à educação.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que as forças que constroem sentidos e atuam no território escolar, definindo lugares (comuns e especializados) e sujeitos da aprendizagem, são permeadas pelas ideologias que se manifestam na ação, omissão e no silenciamento dos agentes públicos, que gestam a política de inclusão escolar nos diversos setores educacionais, inclusive, no interior da própria sala de aula. É neste espaço, que podem ser descortinadas as práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras e/ou aquelas que discriminam, excluem e tentam apagar da cena social as pessoas que destoam do padrão hegemônico estudantil,

historicamente, cultuado no ideário nacional seletivo.

A percepção idealizada do estudante-padrão pode ser (de)marcada no interior das classes comuns, pela capacidade desse sujeito em acompanhar ou não as atividades escolares e de alcançar os índices standardizados na cultura escolar e/ou obtidos nas avaliações em larga escala. Índices estes, que, muitas vezes, determinam aqueles que prosseguem nos estudos e/ou estigmatizam, sentenciando e excluindo os que não alcançam as metas dentro de um gabarito de resultados esperados.

Sobre esses processos, Santos e Martinez (2016, p. 253) explanam que pessoas com deficiência, especificamente, estudantes com desenvolvimento atípico, partilhando as classes comuns com os demais estudantes “[...] em condições socioeconômicas e culturais desfavoráveis, formam um grupo de risco, não por estarem em condições vulneráveis de acesso à cultura escolarizada, mas porque ameaçam o estatuto de sucesso almejado, bem como as recompensas decorrentes dele.”

Padilha e Oliveira (2009, p. 22) voltadas a esse processo de universalização da educação para todos, reiteram que “Inserindo-se em uma sociedade marcada pela divisão de classes sociais com interesses antagônicos, a escola reflete as contradições que perpassam essa forma de organização social. Nessa direção, Souza e Dainez (2022, p. 2) reiteram “[...] que os direitos se inscrevem nos documentos normativos do sistema protetivo sob medidas neoliberais de ajustes mínimos.”

A partir desses debates sobre a escolarização de todos, inclusive, de crianças e adolescentes com deficiência, nas classes comuns do ensino regular, surgem as seguintes questões: a) quem são e quais as características dos sujeitos com deficiência, matriculados na escola inclusiva brasileira? b) qual o lugar dos investimentos públicos na organização da política de inclusão escolar? e c) como promover a desconstrução de barreiras às aprendizagens no interior da escola?

Para responder às indagações listadas, o acesso às estatísticas oficiais, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) torna-se um caminho viável, transparente e democrático para a compreensão e monitoramento das condições de participação que são planejadas pelo Estado e que visam a assegurar a universalização das matrículas na educação básica e o acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes identificados pelo Inep como “público da educação especial” (BRASIL, 2020, p. 85).

Este estudo tem por objetivo identificar as contribuições dos dados do Censo Escolar, na elaboração da agenda da política de acessibilidade voltada às classes comuns do ensino regular. Além do mais, foram eleitos os seguintes objetivos específicos: a) verificar como tem se configurado os indicadores de aprendizagem do estudante com deficiência na produção acadêmica (2008-2020); b) apresentar quais condições de acessibilidades são categorizadas nos formulários do Censo Escolar (2020).

O caminho epistemológico contou com o levantamento da produção científica, que versa sobre a utilização de microdados, na construção de indicadores educacionais, na educação inclusiva, a partir das seguintes bases: *Scientific Electronic Library On-line (Scielo)*; Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados também os formulários de coletas produzidos pelo Inep na operacionalização do Censo Escolar (2020).

2 A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Censo Escolar é uma política gerenciada pelo Inep, para subsidiar o planejamento, monitorar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), alocar investimentos e dar transparência à sociedade e organismos multilaterais quanto aos índices alcançados no atual formato de escola para todos, onde a inclusão ganha ou deveria ganhar espaço privilegiado nas discussões sobre os direitos sociais.

Meletti (2014, p. 806) ao analisar as políticas de escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais, por meio dos microdados da Educação Básica (no âmbito nacional e do estado do Paraná, 2012), constatou que “O aumento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular é indiscutível, mas não pode ser desconsiderada a incidência de matrículas nas escolas e classes especiais.”

A pesquisadora complementou que “No Paraná, as matrículas em instituições especiais ainda representam a maioria, especialmente na educação infantil e na EJA, consequência nítida do impacto das políticas educacionais estaduais.” (idem). Esse estudo revelou ainda a grande incidência de alunos com deficiência na condição de distorção idade-série, retidos, no período investigado, nas séries iniciais do ensino fundamental.

Para o Inep (2020) “São descritos em situação de distorção idade-série todos os alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada – a idade de 6 anos é considerada como idade ideal/recomendada para ingresso no 1º ano do ensino fundamental.” (BRASIL, 2020, p. 17).

Camargo (2019) também constatou a retenção de estudantes, nos anos iniciais do ensino fundamental, em pesquisa realizada em MS e aponta que a forma como a deficiência é percebida pelos operadores da política de inclusão contribui na construção desse indicador. Já a recorrência da distorção idade-série entre os estudantes com deficiência foi identificada nos trabalhos de Macalli et al. (2018); Natália (2016) e Germano (2018). Reafirmando esse panorama, o Resumo Técnico do Censo Escolar (BRASIL, 2020, p. 17) declarou que “quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência), nota-se uma elevação a partir do 3º ano do ensino fundamental [...]”

Quanto às características individuais, pesquisas indicaram o aumento de matrículas de estudantes com deficiência intelectual no Censo Escolar (LUIZ, RICARDO e IRANSÉ, 2021; SILVA, 2021), requerendo condições de acessibilidade ao currículo. Anache e Resende (2016, p. 572) alertaram que muitos dos desafios enfrentados pela pessoa com deficiência intelectual, no cotidiano escolar, encontram-se na ordem da escolarização, “[...] pois muitos não conseguem aprender a ler e a escrever na idade certa, por não terem acesso nos ambientes escolares aos apoios necessários, como Tecnologia Assistiva, currículo flexíveis, adaptados ou diferenciados.

3 O LUGAR DA ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

Ao observar as categorias relacionadas à política de acessibilidade listadas no “formulário escola” do Censo Escolar (2020), foram identificadas, no item 39 (dependências existentes na escola), o campo destinado à marcação da existência de banheiro acessível, adequado ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Quanto aos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nas vias de circulação internas da escola, são descritas as seguintes categorias no item nº 40: a) corrimão e guarda-corpos; b) elevador, c) sinalização tátil, d) sinalização visual (piso/paredes), e) portas com vão livre de no mínimo 80 cm, f) rampas. Além do mais, no item 41, denominado condições das salas de aula utilizadas pela escola (dentro e fora do prédio escolar) há a possibilidade de apontar também o número de salas de aula com acessibilidade. No entanto, não há outro campo no formulário indicando quais condições de acessibilidade existem nessas salas.

No item 12 do formulário do aluno, identificam-se as características dos estudantes, como: aluno(a) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação. No campo 12^a, são elencados oito indicadores: 1- baixa visão; 2- cegueira, 3- deficiência auditiva, 4- deficiência física, 5- deficiência intelectual, 6- surdez, 7- surdocegueira e 8- deficiência múltipla.

Quanto às condições de participação desse alunado nas atividades escolares e avaliações em larga escala, são listados no item 12b os seguintes recursos: a) auxílio leitor, b) auxílio transcrição, c) guia-intérprete, d) tradutor-intérprete de Libras, e) leitura labial, f) Prova ampliada (Fonte 18), g) prova superampliada (Fonte 24), h) CD com áudio para deficiente visual, i) prova de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos e deficientes auditivos, j) prova em vídeo Libras e k) material didático e prova em Braille.

Com a atenção voltadas às avaliações supracitadas, Silva e Meletti (2014) constataram baixos percentuais de participação de estudantes com deficiência na Prova Brasil, contudo o

mesmo não ocorreu na avaliação do ENEM, quando os percentuais se elevaram.

Em atividades realizadas no contraturno são elencados no item 23 do formulário as seguintes atividades: a) desenvolvimento de funções cognitivas, b) desenvolvimento de vida autônoma, c) enriquecimento curricular, d) ensino da informática acessível, e) ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), f) ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua, g) ensino das técnicas de cálculo no Soroban, h) ensino de técnicas para orientação e mobilidade, i) ensino do Sistema Braille, j) ensino do uso da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e k) ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos.

CONCLUSÃO

Constata-se que o direito à matrícula da pessoa com deficiência, nas classes comuns do ensino regular, é referenciado na legislação nacional e promove o alinhamento formal com documentos firmados no âmbito internacional. Todavia, o desenvolvimento da política educacional, com vistas a garantir o processo de universalização de matrículas, sem discriminar e excluir, precisa investir em todas as etapas de ensino tanto em condições infraestruturais, quanto humanas.

É preciso considerar a necessidade do fortalecimento da pesquisa, avanços na publicidade dos dados oficiais e investimentos na formação continuada a fim de subsidiar práticas pedagógicas que contribuam no processo de alfabetização e escolarização da pessoa com deficiência.

Desse modo, as categorias que especificam as condições de permanência dos estudantes, a partir da concepção de acessibilidade e que deveriam existir em todas as escolas brasileiras, abrangem, de maneira ampliada, o cotidiano dos estudantes, assinalando condições materiais e humanas à sua permanência, no turno regular, e instrucionais, no contraturno.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A.; RESENDE, D. A. R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, ANPED, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020: resumo técnico** [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021.

CAMARGO, Flavia Pedrosa de. **O direito à educação de alunos com deficiência: aspectos da implementação da política de educação inclusiva em Corumbá/Ms.** 2019. Tese (Doutorado) _ Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GERMANO, Jéssica. **Trajetória de Alunos com Deficiência Intelectual do Município de Londrina como Expressão das Políticas de Educação Especial (2007-2015).** 2018. Dissertação (Mestrado) _ Curso de Educação, Universidade Estadual de Londrina.

LUIZ, W.; Teixeira, R. A.; Oliveira-Silva, I. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 10, n. 1, p. 180-204, 3 mar. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/4733>> . Acesso em: 20 de set. de 2022.

MACALLI, A. C.; GONÇALVES, T. G. G. L.; CAIADO, K. R. M. Fluxo escolar de alunos com deficiência em um município: o que revelam os dados oficiais. **Revista Educação Especial, [S. l.]**, v. 32, p. e14/ 1–20, 2018. Disponível em: . Acesso em: 20 set. de 2022.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**. 2014, v. 39, n. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/x5bxrpCxKbvkHm5WZ33K6LR#>> . Acesso em: 20 de set. de 2022.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins. Inclusão Escolar, Diversidade e Desigualdades Sociais. In: PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins. **Inclusão Escolar (Orgs.). Educação para todos: As muitas facetas da inclusão escolar.** Campinas, SP. Papirus Editora, 2013.

SANTOS, Natália Gomes dos. **Os Indicadores Educacionais Das Instituições Especiais No Brasil: A Manutenção Dos Serviços Segregados Na Educação Especial.** 2016. Dissertação (Mestrado) _ Curso de Educação, Universidade Estadual de Londrina.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva e MARTÍNEZ, Albertina Mitjánsa. Subjetividade social da escola e os desafios da inclusão de alunos com desenvolvimento atípico. In: **Revista Brasileira de Educação Especial** [on-line]. 2016, v. 22, n. 2 Disponível em: . Acesso em: 21 de set. de 2022.

SILVA, Mariana Cesar Verçosa; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. "Avaliação Em Larga Escala De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais No Município De Londrina (PR)." **Revista Educação Especial**. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127406005>> . Acesso em: 23 de set. de 2022.

SOUZA, Flávia Faissal de; DAINEZ, Débora. Defectologia e Educação Escolar: implicações no campo dos Direitos Humanos. **Educação & Realidade** [online]. 2022, v. 47. Disponível em: . Acessado em 20 set. 2022.